

O estudo diplomático de manuscritos
de e sobre mulheres na América Portuguesa:
cartas, respostas e informações

*The diplomatic study of manuscripts
from and about women in Portuguese America:
letters, responses and informations*

Beatriz de Freitas Cardenete*
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Elisa Hardt Leitão Motta**
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Vanessa Martins do Monte***
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar uma análise diplomática de três espécies documentais: as cartas, as respostas e as informações, escritas entre meados do séc. XVIII e início do séc. XIX na América Portuguesa. As cartas são de autoria de mulheres, já as respostas e as informações foram anexadas a requerimentos movidos por mulheres. Apesar de possuírem estruturas semelhantes, o estudo diplomático que aqui apresentamos nos leva a concluir que se trata de documentos de tipologias distintas. Dialogamos com os trabalhos de Cardenete (2023), Carvalho (2020), Monte (2015), Tognoli (2014) e Tin (2005), e nos filiamos à abordagem da Diplomática Contemporânea (Duranti, 1991). Concluímos que, para de fato se fazer a crítica do documento, devemos partir dos próprios manuscritos e do escrutínio de sua estrutura textual e de sua materialidade.

Palavras-chave: Filologia. Diplomática. Cartas. Respostas. Informações.

Abstract: This article delves into a diplomatic analysis of three documentary species: letters, responses, and information, penned between the mid-18th and early 19th centuries in Portuguese America. While the letters originated from women, the responses and information were attached to petitions filed by women. Despite sharing similar structural elements, a diplomatic examination reveals that these documents belong to distinct typologies. Our study engages with the works of Cardenete (2023), Carvalho (2020), Monte (2015), Tognoli (2014), and Tin (2005), aligning with the approach of Contemporary Diplomatics (Duranti, 1991). We conclude that a thorough document critique necessitates a meticulous examination of the original manuscripts, scrutinizing both their textual structure and materiality.

* Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil; beatriz.cardenete@usp.br

** Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil; elisa.hardt.motta@usp.br

*** Professora Doutora, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil; ymmonte@usp.br

Keywords: Philology. Diplomatic. Letters. Responses. Informations.

1 INTRODUÇÃO

Nenhuma pesquisa surge de forma isolada. Todas elas são fruto de reflexões e discussões compartilhadas. Não seria diferente com o presente artigo, que nasce do diálogo entre a dissertação de mestrado *Punho de mulher: um estudo filológico sobre cartas de mulheres na América Portuguesa (1737-1821)*, defendida por Beatriz de Freitas Cardenete (2023), e a tese de doutorado *Suplicantes e suplicadas: estudo filológico de documentos peticionários em circulação na capitania de São Paulo (1788-1821)*, em desenvolvimento por Elisa Hardt Leitão Motta¹. Ambas as pesquisas inserem-se no Projeto M.A.P. - Mulheres na América Portuguesa².

Neste artigo, apresentamos um estudo diplomático de cartas de mulheres e de documentos peticionários que envolvem mulheres, redigidos na América Portuguesa entre meados do séc. XVIII e inícios do XIX. A filologia guia nossa análise dos textos mencionados e é aqui entendida conforme Castro (1997), que estabelece como seu objetivo o estudo da produção material e existência histórica do texto escrito. Toledo Neto (2018, p. 294) acrescenta às disciplinas que fornecem instrumental teórico para esse estudo a Diplomática³, por sua relevância, e explica que a Filologia

pretende estudar três níveis fundamentais do texto: a *materialidade* (características físicas de composição e registro do texto); a *forma* (roupagem gráfica, fonética e morfológica do texto); e a *substância* (níveis linguísticos referentes à sintaxe, semântica e discurso do texto).

Consideramos, portanto, a *diplomática* inserida no rol das disciplinas filológicas e elegemos a Diplomática Contemporânea, ou Diplomática Arquivística, como nossa abordagem preferencial. Essa nova abordagem da *diplomática* é conceituada por Tognoli (2014, p. 147-8):

entende-se como Diplomática a crítica dos documentos medievais e modernos, uma disciplina que busca, por meio da análise e identificação de elementos formais – elementos internos e externos, *actio* e *conscriptio* e pessoas envolvidas na criação do documento –, verificar a autenticidade desses documentos; já a Diplomática Arquivística é uma abordagem diferente da Diplomática, que une o método diplomático moderno aos conceitos arquivísticos para, além de verificar a autenticidade dos documentos arquivísticos, fornecer uma ferramenta metodológica para a organização do conhecimento ali veiculado, como é o caso do estudo da tipologia documental.

Tognoli (2014, p. 140) define o objeto de estudo da Diplomática como a “informação orgânica registrada em uma forma escrita determinada, produzida e/ou

¹ Este texto se origina também do curso de extensão *Filologia e diplomática: estudos de caso a partir das cartas e dos requerimentos de e sobre mulheres*, ministrado em fevereiro de 2023 pelas autoras do artigo, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

² O Projeto M.A.P. (<http://map.prp.usp.br/>) reúne um conjunto de fontes documentais importantes para os estudos filológicos e para os estudos da história das mulheres no Brasil, na forma de documentos escritos por mulheres, ou que relatam seu discurso, entre 1500 e 1822, no espaço atlântico português.

³ Castro (1997) enumera as seguintes disciplinas, nesta ordem: Paleografia, Codicologia, Manuscritologia, Bibliografia Material e Crítica Textual.

recebida por uma pessoa física ou jurídica no desenvolvimento de uma atividade específica, variável com relação ao lugar e à época, de natureza jurídica ou não”. Ao alargar os limites temporais e a natureza de seu objeto, incluem-se, por exemplo, documentos contemporâneos ao escopo da Diplomática. Quanto à natureza da informação, ela pode ser jurídica ou não, mas é obrigatoriamente escrita em uma forma determinada, o que garante, para além de outros elementos, alguma validade legal.

No caso dos documentos peticionários aqui estudados, enquadram-se perfeitamente na definição apresentada. As cartas analisadas, por sua vez, não necessitam de uma validade legal, por serem, em sua maioria, missivas enviadas em um contexto familiar. Fogem, a um primeiro olhar, ao escopo do objeto de estudo da Diplomática. Diferente seria, por exemplo, se tratássemos de cartas de natureza jurídica, como cartas-régias ou cartas de perdão (Medeiros, 2021). No entanto, o uso de fórmulas e a *imitatio*⁴ aproximam as variadas espécies documentais que orbitam o gênero epistolar aos métodos da Diplomática Contemporânea.

Interessa-nos nessa abordagem diplomática das cartas examinar sua estrutura textual, seguindo o padrão de análise diplomática proposto por Tognoli (2014, p. 142), e dele elegendo os elementos internos como nossa ênfase neste artigo. Os elementos internos são: a língua, o estilo de linguagem, o protocolo inicial, o texto e o protocolo final. Não se perde de vista o diálogo com outros trabalhos, que, também centrados em cartas, preocupam-se com sua descrição de um ponto de vista diplomático.

Discutiremos, também, o tratamento e a análise de missivas anexadas ao interior de documentos peticionários, cujas estruturas internas muitas vezes se aproximam, mas também se afastam daquelas das cartas. Muitas vezes ainda, tais documentos são elaborados por exigência de uma autoridade pública, não partindo de um desejo espontâneo de seus autores. Os documentos peticionários possuem validade legal, e são, portanto, objetos de estudo da Diplomática.

Este texto está estruturado da seguinte forma: na segunda seção, a seguir, abordaremos o caso das cartas de mulheres, redigidas por iniciativa própria; na terceira, trataremos do caso das missivas anexadas ao interior de documentos peticionários e, em sua maioria, escritas a pedido de autoridades; e, na última seção, teceremos breves considerações finais e reflexões acerca da importância desses documentos como marcas de sobrevivência e resistência das mulheres na América Portuguesa.

2 O CASO DAS CARTAS: COMO ESTUDAR DIPLOMATICAMENTE DOCUMENTOS NÃO- DIPLOMÁTICOS?

Uma definição de carta bastante frequente em pesquisas nacionais dos campos filológico e epistolográfico é aquela dada por Bellotto (2002, p. 266, grifo nosso): “[...] documento *não-diplomático*, mas de desenho mais ou menos padronizado, informativo, ascendente, descendente, horizontal, conforme o caso.” Mesmo a carta, considerada aqui de modo genérico, não sendo um documento diplomático, é justamente o fato de possuir esse desenho mais ou menos padronizado a que refere Bellotto (2002) que a aproxima de um viés de estudo diplomático. No entanto, tal aproximação se torna

⁴ A *imitatio* era uma das formas centrais de aprendizagem da escrita de cartas. Os tratados teóricos medievais que expunham a *ars dictaminis* passam a ser acompanhados, a partir do século XII, do chamado *dictaminum*, coleção de cartas-modelo extraídas de bons autores a serem imitadas. Cf. Ramos (2017).

ainda mais evidente ao investigarmos a relação entre a retórica, a escrita de cartas e as chancelarias medievais.

Segundo Ramos (2017, p. 34), ao abordar a abundância de tratados teóricos sobre a arte epistolar (*ars dictaminis*) na Idade Média,

[n]ão prescindindo das influências epistolares clássicas, os autores medievais acharam que a carta não era uma mera expressão livre de um indivíduo, mas devia estar submetida a regras rígidas. Por isso, a carta medieval é outro formato e assaz diferente e distante do que se concebia e concebe hoje como carta. Ficou, por isso, sob a influência da imponente retórica, especialmente a ciceroniana, e foi transformada em peça oratória, ainda que de menor entidade, passando a reger-se pelos mesmos princípios que o discurso. Imitando a estrutura da *oratio* clássica, a maioria dos tratados do *dictamen* preferiram a divisão em cinco partes, popularizada pelos dictatores de Bolonha: *salutatio*, *beneuolentiae captatio*, *narratio*, *petitio* e *conclusio*.

Essa rigidez na arte de escrever cartas incluía o *cursus*, um sistema de prosa rítmica, baseado inicialmente na métrica latina, que previa um “acento de intensidade (palavras paroxítonas e proparoxítonas) nas últimas palavras de uma frase” (Ramos, 2017, p. 39). Nas chancelarias portuguesas, apesar de haver arranjo frásico para incluir o *cursus*, a preocupação central do escriba era a organização da carta em três partes, ao invés das cinco preconizadas pelos dictatores de Bolonha: protocolo, texto e escatocolo (Ramos, 2017).

A rigidez na composição epistolar foi se dissolvendo na época moderna, mas manteve-se uma padronização e um conjunto de fórmulas a serem seguidas e imitadas. O livro *O secretario portuguez compendiosamente instruido no modo de escrever cartas por meyo de huma instrucçam preliminar, regras de secretaria, formulario de tratamentos hum grande numero de cartas em todas as especies, que tem mais uso, com varias cartas discursivas sobre as obrigações, virtudes e vícios do novo secretario*, da autoria de Francisco José Freire (o Cândido Lusitano), cuja primeira edição data de 1745, era uma das obras de maior circulação na América Portuguesa, ficando apenas atrás da *Prosodia in vocabularium trilingue, latinum, lusitanum et castellanum digesta*, de Bento Pereira, de acordo com extensa investigação das livrarias coloniais realizada por Araújo (2019, p. 444) a partir de inventários de bens. Há pelo menos doze reedições conhecidas d'O *Secretario* — 1746 (2 reedições), 1759, 1782, 1786, 1787 (2 reedições), 1797, 1801, 1815, 1823 e 1849 —, segundo levantamento realizado por nós. O *Secretario...* traz, como seu extenso título indica, modelos de cartas e um amplo rol de fórmulas para o protocolo e para o escatocolo, guardando uma evidente relação com os tratados medievais sobre a *ars dictaminis*. Mesmo que a composição epistolar fosse menos rígida, a imitação de fórmulas e modelos continuava a indicar uma proficiência na escrita epistolar.

As cartas produzidas no âmbito das chancelarias registram atos notariais e são classificadas em dois grupos: documentos de prova ou documentos dispositivos. No primeiro caso, o documento atesta um fato jurídico, que já era válido antes da produção do documento; no segundo caso, “o próprio documento dá cumprimento e validade à ação, permanecendo depois como testemunho autêntico da mesma” (Paoli apud Tognoli, 2014, p. 65). A esse segundo tipo dá-se também o nome de *chartae*.

Essa inequívoca aproximação, que transcende a coincidência de nomenclatura, desvela como a gênese dos documentos indiscutivelmente diplomáticos, ou seja, aqueles notariais, está ligada ao gênero epistolar. Dessa relação genética decorre tanto

a semelhança nos modos de composição de cartas e de documentos notariais, quanto a validade de estudá-las desde um ponto de vista diplomático.

O estudo diplomático de cartas escritas por mulheres foi um dos objetivos centrais da dissertação de mestrado desenvolvida por Cardenete (2023)⁵. A pesquisa teve como objetivo reunir, editar e estudar um conjunto de 37 cartas escritas por mulheres na América Portuguesa, em sua maioria na Capitania de Minas Gerais e endereçadas a homens, com quem as remetentes possuíam relação familiar ou de compadrio. As cartas foram escritas entre os anos de 1737 a 1821 e encontram-se salvaguardadas em três arquivos: no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e no Instituto de Estudos Brasileiros.

Cardenete (2023) investigou quem foram as remetentes, qual sua habilidade de escrita e como construíram as cartas; para isso, usaram-se métodos da codicologia, da paleografia e da diplomática, a qual nos interessa especialmente neste artigo. Como base para a análise diplomática, partimos do trabalho de Monte (2015), que as divide em três grandes partes, expostas no quadro a seguir:

Quadro 1 - A estrutura interna das cartas.

1. Seção de contato inicial (ou protocolo inicial) 1.1 Direção 1.2 Saudações iniciais	2. Núcleo	3. Seção de despedida (ou protocolo final) 3.1 Desejo de bons votos ao destinatário (ou <i>valedictio</i>) 3.2 Fecho complementar 3.3 Assinatura (ou <i>subscriptio</i>) 3.4 Datações tópica e cronológica (ou <i>datatio</i>) 3.5 <i>Post-scriptum</i>
--	------------------	--

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Monte (2015, p. 74).

A estrutura tripartida de cartas é bastante conhecida, e aplicada amplamente na Diplomática. A divisão de um documento em texto e protocolo deve-se a Sickel (1867, p. 107 apud Tognoli, 2014, p. 69): “Eu chamo texto a parte central do documento e formulário ou protocolo o conjunto de fórmulas iniciais e finais. Texto e protocolos são, portanto, os caracteres intrínsecos dos documentos”. Os protocolos inicial e final (este também chamado de escatocolo) são a “moldura do documento” (Tognoli, 2014, p. 69) e contêm os elementos de validade legal. Nas cartas que não têm natureza jurídica, como as cartas de cunho pessoal que aqui estudamos, os elementos que compõem cada uma das partes podem ser variáveis. Pretendemos nos ater à descrição dessas estruturas, bem como tratar de alguns desafios encontrados durante o processo analítico e as soluções propostas. Para isso, vamos dar foco aos elementos do quadro 1 acima, com exceção da *datatio* e do *post-scriptum*.

A *direção* compõe o protocolo inicial e compreende a indicação do destinatário do documento, e eventualmente de sua titulação⁶. Quando analisamos as cartas,

⁵ O corpus com as edições filológicas virtuais anotadas diplomaticamente encontra-se disponível em <http://map.prp.usp.br/Corpus/Punhodemulher/Index.html>. O mestrado foi financiado com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo FAPESP n.º 2019/27719-1), à qual agradecemos pelo apoio.

⁶ Conforme Tognoli (2014, p. 73): “Ressalta-se que a denominação de titulação (*intitulatio*) aparece pela primeira vez na crítica de Paoli, que, diferentemente de Sickel, compreende nessa parte não apenas os nomes e títulos do autor, mas também a *inscriptio* – o nome e título do destinatário e uma fórmula de saudação –, no protocolo inicial.”.

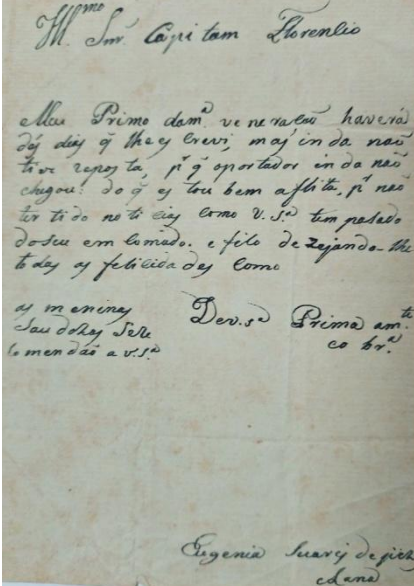
percebemos que, tal qual descrito por Monte (2015), geralmente a direção é constituída pelo nome do destinatário, antecedido pelo cargo e por palavras de tratamento, como em “Illustrissimo Senhor Capitam Florenção” (Lana)⁷. Encontramos, também, casos em que não há as três informações, como por exemplo em: “Illustrissimo Senhor Cavalheiro” (Lana), no qual há somente formas de tratamento e cargo; “Senhor Miguel da Crús Vieira” (Xavier,), onde consta a forma de tratamento e o nome; “Illustrissimo Senhor” (Henriques), apenas com a forma de tratamento; e “Antonio” (Almeida), no qual há somente o nome, sem nenhum predicado.

Há, porém, um caso que chama a atenção por não se aproximar de tal padrão. Ana Teresa Salter de Mendonça inicia cinco de suas cartas com “Meu Irmão e Amante do Coração” (Mendonça) e uma com “Meu querido Irmão e Senhor do Coração” (Mendonça). O que observamos em tais documentos é uma combinação de relação de parentesco (“irmão”), formas de tratamento (“senhor”) e palavras de cortesia e afeto (“querido”, “amante” e “do coração”). Ainda assim, o trecho nomeia a quem a carta se dirige e, por isso, é uma direção. O que percebemos é que, ainda que sejam mais frequentes no corpus as cartas com tal parte composta por formas de tratamento, cargo e nome, a direção apresenta fórmulas variáveis.

Ainda na seção de contato inicial, encontramos as *saudações iniciais*. De acordo com Monte (2015, p. 273), elas podem “[...] incluir a captação da benevolência e/ou a referência à carta anterior, tanto recebida pelo remetente do destinatário, quanto enviada pelo remetente em ocasião anterior e não respondida pelo destinatário.” Embora haja alguns trechos de cartas que são inequivocamente saudações iniciais — como em “Muito estimei ter noticias de Vossa Senhoria que lograra Saude que he o meu | gosto; Ja lhe tenho esCrito para a Villa do Príncipe pareçedo me | que la ja estaria” (Silveira) —, deparamo-nos com documentos que levantam dúvidas. Exemplo disso é a carta de Eugênia Soares de Jesus e Lana, transcrita a seguir:

⁷ Quando citadas as fontes primárias, optamos por referenciá-las usando o último nome ou sobrenome da autora. Para a referência completa, incluindo a cota e o nome do arquivo de guarda, consultar “Fontes manuscritas” na última parte deste artigo. Vale ressaltar, ainda, que, ao transcrevermos os trechos citados, seguimos as normas de edição semidiplomática de Toledo Neto (2020).

Quadro 2 - Transcrição da carta de Eugênia Soares de Jesus e Lana (I-10,30,001 n.005).

	Illustrissimo Senhor Capitam Florencio Meu Primo da minha veneração haverá dés dias que lhe escrevi, mas inda não tive reposta, porque o portador inda não chegou: do que estou bem aflita, por não ter tido noticias como Vossa Senhoria tem passado do seu emcomodo. e fico dezejando-lhe todas as felicidades como as meninas Saudozas Se re Comendaõ a <i>Vossa Senhoria</i> De Vossa Senhoria Prima amante e obrigada Eugenia Soares de jezus e Lana
---	---

Fonte: Cardenete (2023, p. 288-289).

Poderia se afirmar que o trecho destacado são as saudações iniciais da missiva, já que capta a benevolência do destinatário e o indaga pela falta de recebimento de notícias. Se o considerarmos assim, porém, surge um segundo problema: a ausência de *núcleo* da missiva, que é definido como a parte que “[t]raz o assunto propriamente dito, apresenta constituição variável, sendo essa inclusive uma das principais razões para a espécie documental ser classificada como não-diplomática” (Monte, 2015, p. 275). Dessa forma, o núcleo é o motivo que levou a mulher a escrever, o teor da carta, e por isso justifica a própria existência textual. Por essa razão, optamos por dar a ele uma prioridade hierárquica em relação às outras partes das cartas. Em outras palavras: classificamos esse e outros casos similares como cartas portadoras de um núcleo, entretanto sem trecho de saudações iniciais.

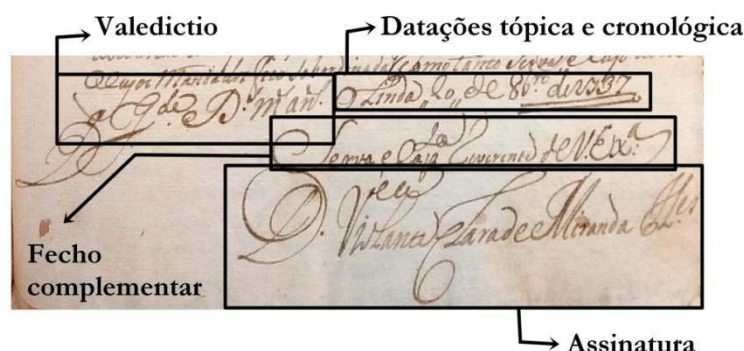
A seção de despedida, ou protocolo final, é a parte que segue o núcleo da carta. Essa, por sua vez, geralmente é iniciada pela *valedictio*, que é “[...] constituída pelo desejo de felicidades [...] ou de bons votos ao destinatário” (Monte, 2015, p. 275). Como levantado nos documentos do corpus, é comum que nesse desejo sejam incluídos pedidos de intercessão divina, como constante, por exemplo, em: “Guarde Deus a vossa Excelencia muitos anos” (Henriques); “e aqui fico dezejando a Vossa Senhoria mui- | tas felicidades a quem Deos Guarde por muitos | annos” (Justina); e “A pesoa de vossa merce | Guarde Deus Muitos annos” (Xavier). O pedido de intercessão, porém, parece não ser obrigatório, uma vez que não está expresso em todas as missivas. Vemos isso em ocorrências como: “e fiCo dezejando-lhe | todas as feliCidades” (Lana); e “Estimarei Vossa Senhoria logre boa saude e fe | lidades, e que n[*] della mandar me | como for servido” (Lopes).

A *valedictio* era de uso generalizado nas cartas da administração pública do século XVIII e considerada uma das garantias de que a missiva enviada teria resposta (Monte, 2015). Entretanto, das 37 cartas aqui examinadas, somente 14 delas possuem desejos de bons votos ao destinatário na seção final. Nas demais cartas, encontram-se formas de despedida que demonstram que as remetentes estão à disposição do

destinatário e mandam recomendações da família. Vemos essa forma de encerramento do texto em casos como: “Espero as suas noticias em villa | nova e fico às ordens de vossa senhoria como sua” (Mendonça); “Aceite saudades de Antonio, e Prima Joana, e de todos | os mais de caza, e eu particularmente sou” (Teixeira); e “Eu me rêComendo Com Milhares | de Saudades e de me Sempre me de notisias Suas de donde | andar Sou” (Silveira). Pensando em tal particularidade, Cardenete (2023) propôs uma nova categoria de análise que buscasse dar conta dos casos descritos, a qual nomeou como *outras formas de despedida cordial*.

A parte que segue a *valedictio*, ou as outras formas de despedida cordial, é o *fecho complementar*. Definido por Justo Lísio (apud Tin, 2005, p. 137) como “[...] uma demonstração de respeito e lealdade”, o fecho complementar normalmente se dá a partir da autocaracterização da remetente por meio de adjetivos ou construções com advérbios. Além disso, é comum que o trecho seja iniciado com a fórmula *de + forma de tratamento*, como em: “De Vossa Senhoria Prima muito | afetuosa e obrigadissima” (Lana); “De Vossa Senhoria | A mais amante fiel e obrigada” (Teixeira); e “De vossa merce | Criada e OBrigada” (Jesus). Violante Clara de Miranda Henriques é a única remetente do corpus a finalizar sua missiva com tal fórmula disposta ao fim do fecho complementar: em uma delas escreve “Serve, e Captiva reverente de Vossa Excelencia”; e na outra “Serve e Captiva humilde de Vossa Excelencia” (Henriques). É importante ressaltar, entretanto, que tal fórmula parece ser de uso opcional e não está presente em todas as missivas, como pode ser observado em: “Sua Prima muito obrigada” (Freire); “Irmã obrigadissima e amante” (Mendonça); e “Senhora a mais obrigada” (Conceição).

Também é corrente no corpus que o fecho complementar venha graficamente deslocado à direita do resto do texto, acompanhado da assinatura e, geralmente, com um espaçamento maior do que o deixado entre os outros parágrafos. Tal característica está ilustrada na figura 1 a seguir.



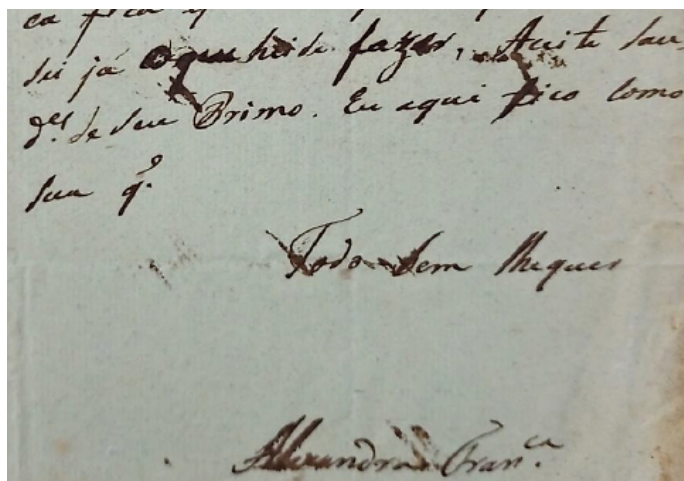
Fonte: Adaptado de Cardenete (2023, p. 342).

Figura 1 - Seção de despedida da carta de Violante Clara de Miranda Henriques.

Quando analisamos uma das cartas de Alexandra Francisca Freire, a construção gráfica e linguística do protocolo final demanda atenção. Como mostra a figura 2, a seguir, o protocolo final possui a empaginação⁸ bastante similar às outras cartas,

⁸ Entendemos empaginação em consonância com Marquilhas (2000, p. 240), ou seja, como a “[...] proporção entre as margens” do fólio escrito. Em outras palavras, é a disposição gráfica da mancha escrita. As cartas, geralmente, iniciam-se com a direção centralizada ou alinhada à margem direita, seguida pelo branco gráfico; após, há o núcleo da missiva e a *valedictio* ou a despedida cordial, justificados e seguidos por outro branco gráfico; ao fim, há o fecho complementar e a assinatura, alinhados à

inclusive no que se refere à posição do, suposto, fecho complementar: no último parágrafo do núcleo da carta há as frases “Aceite sa- | dades de seu Primo. Eu aqui fico como | sua que” e, na linha de baixo à direita, há a frase “Todo bem lhe quer.”



Fonte: Cardenete (2023, p. 244).

Figura 2 - Seção de despedida da carta de Alexandra Francisca Freire.

Como já explicitado, o fecho complementar é uma manifestação de lealdade e de cortesia com seu correspondente, que se dá a partir da autocaracterização da mulher por meio de adjetivos e/ou de construções com advérbios. O trecho alinhado à margem direita da carta acima não segue essa estrutura; em compensação, se coloca à disposição do destinatário e diz que seu primo sente saudades. Tal construção, como visto, é característica dos outros tipos de despedida cordial. Por essa razão, optamos por classificá-la como despedida, independentemente de sua organização gráfica, por se utilizar de formas linguísticas específicas dessa estrutura epistolar. Consequentemente, essa carta se caracteriza como o único manuscrito do corpus que não apresenta fecho complementar.

Por fim, o que observamos em relação à *assinatura*, que é a parte imediatamente seguinte ao fecho complementar, é uma variação entre o uso de nomes e sobrenomes das mulheres. Nota-se também que somente em 13,5% das cartas há formas de tratamento elocutivas⁹, isto é, usadas pelas autoras para aludir a si mesmas. Tais formas foram utilizadas por quatro remetentes que optaram pelo uso de “Dona”, sendo elas: Ana Vicência Rodrigues de Almeida, Francisca Maria Antonia Xavier, Maria Inácia de Lorena Silveira e Violante Clara de Miranda Henriques.

Em um contexto em que poucas foram as mulheres do corpus que tiveram suas existências registradas pela historiografia e que escassas são as informações externas que podemos encontrar sobre tais mulheres, o uso dessa forma de tratamento tem bastante a nos revelar. De acordo com Campos (2008, p. 40-41), o “Dona”:

[...] no mundo luso, de modo geral, significava uma forma de tratamento que diferenciava as mulheres nobres das plebéias, decorrente de um

margem direita; quando há datações tópica e cronológica, elas costumam estar alinhadas ao fecho complementar e próximas à margem esquerda.

⁹ As noções de formas de tratamento alocutivas, elocutivas e delocutivas foram discutidas, entre outros, por Carreira (1997) e retomadas por Rodrigues (2003).

parentesco masculino, de pais, avós ou casamento. [...] [N]os centros urbanos, do lado “de cá” do Atlântico, a expressão era reservada àquelas consideradas brancas e ricas; no litoral africano, especialmente na região de Angola dos séculos XVII a XIX, as “Donas”, quase sempre mestiças ou negras, eram assim tratadas por concentrarem poder e exercerem papéis de comando, tanto no mundo dos negócios como na direção da família.

Assim, a autocaracterização enquanto “Dona”, redigida nas assinaturas das cartas, confirma que essas mulheres tiveram privilégios na sociedade colonial. Há, entretanto, mulheres que eram pertencentes a classes econômicas mais altas e não usaram essa forma de tratamento, como, por exemplo, Hipólita Jacinta Teixeira, que foi proprietária de terras na região de Minas Gerais e descendente de portugueses. Assim, o uso de “Dona” confirma que as mulheres que o utilizaram eram ricas e pertenciam à elite econômica, mas a hipótese contrária pode não ser verdadeira. Em outras palavras, a escolha por grafar somente o próprio nome não quer dizer, necessariamente, que a remetente fosse alguém do povo, sem posses.

Antes de passarmos às missivas anexadas a requerimentos, vale ressaltar, ainda, que a escrita de cartas é sempre uma forma dupla de sobrevivência das mulheres que as escreveram: por um lado, sincrônica, já que permite que as mulheres ajam sobre o mundo em que viveram e se insiram em redes de sociabilidade; por outro, diacrônica, uma vez que é por meio delas que as falas e as existências das remetentes se fazem presentes. Afinal, raras eram as mulheres que dominavam o privilégio da escrita na sociedade colonial, e mais raras ainda são as autoras de manuscritos que resistiram ao tempo e que puderam ter sua voz escutada nos dias atuais.

3 O CASO DAS MISSIVAS ANEXADAS A REQUERIMENTOS: INFORMAÇÕES, RESPOSTAS, CARTAS?

Antes mesmo de nos empenharmos na decodificação das partes de uma documentação manuscrita, é preciso descobrir como nomeá-la. Uma pesquisa que se propõe a analisar diplomaticamente missivas anexadas ao interior de documentos peticionários endereçados às instâncias administrativas da colônia pode se deparar com o obstáculo de compreender a qual tipo documental pertence tal correspondência em circulação na administração e qual a importância, em tal compreensão, do fato de sua gênese ser motivada por exigências explicitadas em despachos. A pesquisa de doutorado desenvolvida por uma das autoras desse texto procura, justamente, refletir sobre essa questão, a respeito da qual tecemos aqui algumas considerações: como tratar e analisar, segundo o viés da diplomática, missivas resultantes diretamente de ordens prévias expressas em despachos sobre requerimentos e petições?

Nas pastas de documentos avulsos do Fundo da Secretaria de Governo da Capitania de São Paulo, do Arquivo Público do Estado de São Paulo, composto por manuscritos produzidos e recebidos “pelos 15 capitães-generais que governaram São Paulo e pela junta provisória de governo, entre 1721 e 1823” (Martins, 2018, p. 57), foram encontrados requerimentos e petições movidos *por* ou *sobre* mulheres comuns e endereçados às autoridades responsáveis pelo recebimento dos apelos populacionais. No interior de alguns desses documentos peticionários, escritos em bifólios de papel dobrados ao meio, constam, anexados de forma solta, manuscritos de diversas tipologias. O todo, formado pelo bifólio e seus anexos, é chamado, aqui, de *conjunto*

documental. Assim, cerca de 30 conjuntos documentais foram selecionados para uma pesquisa de doutorado¹⁰ em Filologia atualmente em desenvolvimento. Composto esses conjuntos, foram identificados 47 documentos peticionários, 29 documentos epistolares, 1 mescla entre ambos e 18 manuscritos pertencentes a outras tipologias.

Nesta seção, nos ocupamos apenas das 29 missivas selecionadas e dos obstáculos encontrados ao longo de uma análise diplomática baseada em uma literatura (Bellotto, 2002) que, até o momento, não parece dar conta de sua nomeação e descrição. Visando refletir sobre os obstáculos de nomear e descrever as missivas anexadas, apresentamos, a seguir, algumas das diferentes estruturas identificadas.

É importante ressaltar que, dentre as missivas selecionadas, 24 aparentam ter sido explicitamente exigidas por autoridades da capitania por meio de ordens expressas em despachos inseridos no recto dos fólios de requerimentos e petições. Dentre essas 24 missivas exigidas, 17 foram escritas por autoridades subalternas às que expediram os despachos e não envolvidas nos acontecimentos narrados pelos suplicantes dos documentos peticionários. A principal função desses manuscritos parece ter sido informar os destinatários a respeito da veracidade das acusações e/ou da qualidade da conduta dos envolvidos, fazendo com que, assim, eventuais pareceres pudessem ser emitidos. Outras 7 missivas, dentre as 24 mencionadas, foram escritas ou ditadas por suplicados que, por meio desses documentos, respondiam a acusações feitas por suplicantes de requerimentos e petições. Além dessas 24 missivas, um restante de 5 documentos parece não ter tido sua elaboração explicitamente exigida, embora tenha alguma relação com o conteúdo dos documentos peticionários e com seu contexto de circulação. Assim, optamos, por ora, por uma divisão entre três tipos de correspondência com base na motivação de sua elaboração, exposta no quadro a seguir:

Quadro 3 - Distribuição de tipos de missivas.

Informações Missivas exigidas por meio de despacho. Escritas por autoridades subalternas aos governadores da capitania com o objetivo de informar pareceres sobre requerimentos e petições.	17
Respostas Missivas exigidas por meio de despacho. Escritas ou ditadas por suplicados acusados de algo em requerimentos e petições com o objetivo de se defender das acusações.	7
Cartas Missivas não exigidas por meio de despacho. Podem ou não ter relação indireta com o conteúdo e com os envolvidos nos acontecimentos narrados em requerimentos e petições.	5

Fonte: Elaborado pelas autoras.

As *informações* apresentam, em sua grande maioria, uma estrutura composta por três grandes partes: *protocolo inicial*, *texto* e *protocolo final*. O *protocolo inicial*, seção de contato com o leitor, é composto apenas pelo elemento da *direção* que, em todos os 17 casos, não é nomeada e consiste nas abreviaturas de “ilustríssimo e excelentíssimo senhor”. Já o *texto* das informações, diferente do *núcleo* das *cartas*, apresenta três elementos em seu interior: uma *referência* ao despacho ou à ordem prévia que exigiu sua

¹⁰ A tese em desenvolvimento aqui mencionada propõe a edição filológica desses conjuntos e visa o estudo do contexto sócio-histórico das suplicantes de documentos peticionários, além da análise da forma pela qual eram construídos esses manuscritos pelos terceiros que os escreveram.

elaboração por meio de fórmulas como “em observância do respeitável despacho de Vossa Excelência”; uma *exposição*, sem fórmulas, sobre os fatos narrados nos documentos peticionários junto, ou não, de opiniões pessoais sobre as condutas dos envolvidos; e uma *transição* que encerra o *texto* de alguns dos documentos com fórmulas como “é o que posso informar” e “mandará o que for servido”. O *protocolo final* está presente em 16 documentos¹¹ e é composto pelos elementos de *datações* e *assinatura* em sua maioria, além de, em alguns casos, apresentar também *valedictio*, *fecho complementar* e *nomeação do destinatário*.

Quadro 4 - A estrutura interna das informações, respostas e cartas anexadas a documentos peticionários.

Informações	Respostas	Cartas
1. Protocolo inicial 1.1 Direção não-nomeada 2. Texto 2.1 Referência a despachos e ordens 2.2 Exposição sobre fatos e/ou opiniões sobre condutas 2.3 Transição 3. Protocolo final 3.1 Desejo de bons votos ao destinatário (ou <i>valedictio</i>) 3.2 Fecho complementar 3.3 Nomeação do destinatário 3.4 Datações tópica e cronológica (ou <i>datatio</i>) 3.5 Assinatura (ou <i>scriptio</i>)	1. Protocolo inicial 1.1 Direção não-nomeada 2. Texto 2.1 Referência a despachos e ordens 2.2 Resposta às acusações 2.3 Transição 3. Protocolo final 3.1 Fecho complementar 3.2 “A rogo de...” 3.3 Nomeação do destinatário 3.4 Datações tópica e cronológica (ou <i>datatio</i>) 3.5 Assinatura (ou <i>scriptio</i>)	1. Protocolo inicial 1.1 Direção não-nomeada ou nomeada 1.2 Saudações iniciais 2. Núcleo 3. Protocolo final 3.1 Desejo de bons votos ao destinatário (ou <i>valedictio</i>) 3.2 Fecho complementar 3.3 Datações tópica e cronológica (ou <i>datatio</i>) 3.4 Assinatura (ou <i>scriptio</i>) 3.5. <i>Post Scriptum</i>

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Apesar da estrutura interior observada nas *informações* se assemelhar muito ao que Bellotto (2002, p. 52-70) apresenta como característica das *cartas* da administração colonial, sua função de informar eventuais pareceres a pedido de autoridades superiores as aproximam das *informações de serviço*:

CARTA - documento não-diplomático, mas de desenho mais ou menos padronizado, informativo, ascendente, descendente, horizontal, conforme o caso. [...] 3. Na administração colonial: **correspondência enviada por autoridade subalterna/delegada ou súdito ao Rei**, diferindo do requerimento ou petição pela natureza do teor documental, já que estes últimos destinam-se a solicitar mercês, privilégios ou direitos de existência consolidada, desde que preenchidos os requisitos necessários. **Questões de caráter oficial ou particular que se desejasse expor** ao Rei, quaisquer que fossem os assuntos, desde que não de caráter peditório, eram-lhe dirigidas por meio de carta. [...] **Protocolo inicial: Direção** - Senhor, seguido da titulação do signatário. **Texto: conteúdo, que nos**

¹¹ O único documento que não traz a assinatura e, inclusive, protocolo final algum, é um documento fisicamente incompleto, com fôlios faltantes.

casos mais freqüentes é de teor administrativo. Protocolo final: datas tópica e cronológica e assinatura do autor. [...]

INFORMAÇÃO DE SERVIÇO - documento diplomático opinativo, ascendente. **Esclarecimento passado por autoridade subalterna à autoridade superior a seu pedido e necessário para a elaboração de um parecer** (com o qual costuma ser confundida) **ou despacho**. Em geral, a informação é o **resultado do cotejo de vários informes**.

No entanto, a ausência de uma descrição detalhada da estrutura das *informações de serviço* e a raridade de trabalhos que se dedicam a esse tipo específico de documentação dificultam a classificação de tais missivas como representantes dessa espécie documental. De todo modo, são considerados documentos diplomáticos, conforme as definições de Tognoli (2014) apresentadas na introdução. São missivas enviadas aos governadores e juizes da capitania, que as exigiam para melhor instruir suas decisões. Essa “informação orgânica”, para usar os termos de Tognoli (2014, p. 140), é registrada em uma forma escrita determinada e demandada por uma pessoa jurídica. Desse modo, são objetos de estudo da *diplomática*. Por ora, optamos por nomear essas 17 missivas como *informações* devido à semelhança de sua função com a de *informações de serviço* e, ainda, com base nos termos “informe” e “informação” utilizados em 11 dos 15 despachos que exigiram a elaboração das missivas: “O Commandante de São Roque oiça a supplicada, e **informe**. [...]” (Autor Desconhecido); “Recomendo ao Juis Ordinario que cumpra o Mandado | junto do Menistro competente, e ao Sargento mor | Commandante que remetta o supplicado á minha prezen-|ça com **informaçãõ** deste Requerimento. [...]” (Autor Desconhecido). No entanto, é importante ressaltar que, nos outros 4 despachos, há o uso de termos e expressões como “responda” e “carta fechada”, além de “informe”, em referência a essas missivas: “**Responda** o capitão mor que remetteo o suplicado. [...]” (Autor Desconhecido); “**Informe** o sargento mor da vila de Bragança se a amizade a que | a suplicante alega de sua filha cauza escandalo, e qual o | credito da suplicada filha o que tudo fará em **carta fexada**. [...]” (Autor Desconhecido).

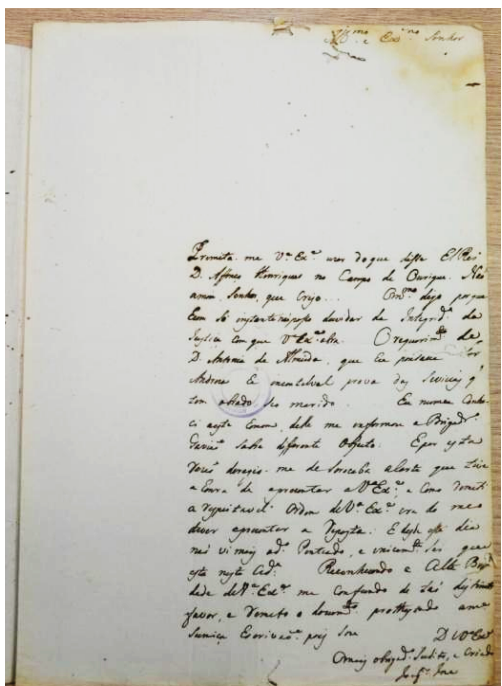
Além das *informações*, foi identificado um outro tipo de missivas que chamamos aqui de *respostas*. Apresentam uma estrutura composta por *protocolo inicial*, *texto* e *protocolo final*. O *protocolo inicial* também apresenta uma *direção* não nomeada que consiste em abreviaturas de “ilustríssimo e excelentíssimo senhor”. O *texto* costuma ser iniciado por *referências* às ordens que exigiram sua elaboração; em seguida, apresenta a *resposta* do suplicado em defesa às acusações; e é encerrado por uma *transição* que pode conter alguma variação de fórmulas como “é o que posso informar” e “mandará o que for servido”, ou então de ambas, uma seguida da outra. Por fim, o *protocolo final* é composto por *datações* e *assinaturas* e, em alguns casos, traz também elementos como *fecho complementar*, e a fórmula “a rogo de...” seguida do nome do suplicante e a *nomeação do destinatário*. A principal diferença entre a estrutura das *informações* e das *respostas* está, então, nos elementos que compõem seu *texto* e seu *protocolo final*. Assim como as *informações*, a estrutura interna das *respostas* se assemelha às *cartas* da administração colonial abordadas por Bellotto (2002, p. 52) com a mesma diferença, no entanto, quanto à motivação de sua gênese e ao fato de terem sido endereçadas dos súditos aos governadores da capitania, e não ao Rei. Diferentemente das *informações*, cuja função as aproxima das *informações de serviço*, o segundo tipo de missivas estudadas, as *respostas*, não se assemelha, a nosso ver, a outra tipologia abordada pela autora. Com base, ainda, nas diferenças em sua estrutura, principalmente, na parte do *texto*, optamos por não as tratar pelo mesmo nome, escolhendo, por ora, chamá-las de *respostas* com base nos

termos “responda” e “resposta” utilizados em 4 dos 7 despachos que exigiram as suas elaborações, todos de autores desconhecidos: “**Responda** o Supplicado. [...]”; “O Senhor Brigadeiro Ajudante d’Ordens de Semana | haja, e me apresente a **resposta** da Supplicada. [...]” . É importante, porém, ressaltar que em outros 3 despachos, também de autores não nomeados, há o uso de termos e expressões como “declare” e “informe” em referência a essas missivas: “**Declare** o Commandante por que razão foi prezo o Supplicado. [...]” ; **Informe** o Capitam Comandante de São Miguel das Arêas e Lorena. [...]”.

O último tipo de missivas inseridas no interior dos bifólios de documentos peticionários, são o que optamos por chamar de *cartas*. Isso se dá, pois, em contraste com as *informações* e *respostas*, apresentam uma estrutura composta por diferentes elementos em seu *protocolo inicial*, *núcleo* e *protocolo final*. No *protocolo inicial*, observa-se não só uma *direção* que pode ser nomeada ou não, como também *saudações iniciais* com fórmulas de captação de benevolência do leitor. O *núcleo*, que aqui substitui o *texto*, apresenta, assim como já mencionado, “constituição variável” (Monte, 2015, p. 275), e não possui, nos 5 casos estudados, elementos ou fórmulas. O *protocolo final* é o que menos difere daqueles encontrados nas *informações* e *respostas*: é composto, em todos os casos, por *fecho complementar* e *assinaturas*, e, em alguns casos, também traz *valedictio*, *datações* e *post scriptum*. Vê-se, aqui, que uma minoria das cartas traz *datações*, enquanto nas *informações* e *respostas*, o contrário pôde ser observado. Observa-se que a estrutura dessas missivas é a que mais se assemelha à estrutura epistolar abordada na seção anterior e, por mais que tenham circulado entre autoridades civis e eclesiásticas da administração colonial, foram, aqui, identificadas como *cartas*. O *Inventário de documentos da Secretaria de Governo da Capitania de São Paulo (1721-1823)*, inclusive, descreve essa espécie como um documento de caráter informativo e desenho mais ou menos padronizado, servindo de correspondência entre as autoridades do reino, o rei e seus súditos para questões de caráter oficial ou particular e tendo, em épocas passadas, um papel essencial no funcionamento do Estado, principalmente no tocante à direção, concessão e atestação do cumprimento de ordens (Arquivo do Estado, 2015, p. 25).

A principal diferença entre essas *cartas* anexadas e as *informações* e *respostas* é o fato da sua escrita não ter sido, até onde sabemos, exigida: partiu da motivação de seus autores, por mais que tenha alguma relação com o conteúdo de despachos prévios. A título de exemplo, segue a transcrição da carta enviada por Joaquim José em resposta a um despacho:

Quadro 5 - Transcrição da carta de Joaquim José.

	Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor Premita-me <i>Vossa Excelência</i> uzar do que disse El Rei <i>Dom Affonso Henriques</i> no Campo de Ourique. Não a mim, Senhor, que crejo... O mesmo digo porque hum só instante não posso duvidar da <i>Integridade</i> da Iustiza com que <i>Vossa Excelência</i> obra. O requerimento de <i>Dona Antonia de Almeida</i>, que eu pensava [s]er <i>Andreza</i> he incont[a]lvel prova das sevicias que tem obrado seo marido. Eu numca conheci a este homem, delle me enformou o <i>Brigadeiro Gaviaõ</i> sobre differente objecto: E por esta razão deregio-me de <i>Sorocaba</i> a carta que tive a honra de apresentar a <i>Vossa Excelência</i>, e como remeti a respeitavel ordem de <i>Vossa Excelência</i> era do meo dever apresentar a reposta: E desde esse dia não vi mais o dito <i>Penteado</i>, e [u]nicamente sei que esta nesta cidade: Reconhecendo a <i>Alta B[on]dade</i> de <i>Vossa Excelência</i> me confundo de tão distincto favor, e remeto o documento prothestado a [mesma] [sumiça] <i>escrivão</i> [pois] [sou] De <i>Vossa Excelência</i> O mais obrigado sudito, e criado <i>Joaquim Joze</i>
---	--

Fonte: Elaborado pela coautora Elisa Hardt Leitão Motta.

É importante notar que, até o momento, não encontramos trabalhos que abordam a questão dos manuscritos inseridos nos bifólios de documentos peticionários, muito menos aqueles que tratem das diferenças entre as missivas neles anexadas. Encontramos menções a essa organização interna dos conjuntos documentais em Bellotto (2002, p. 37) que, ao abordar a circulação de papéis no espaço atlântico português, aduz a possibilidade de anexações serem necessárias em meio à tramitação de documentos: “constitui-se, assim, um processo, um documento múltiplo, com exemplares internos de uma e de outra categoria (ascendentes e descendentes)”. Também o *Inventário*, já mencionado, traz a informação de que “[n]a administração colonial, era comum os requerimentos conterem em anexo vários outros documentos e despachos em seu corpo, pois os fatos apresentados nos requerimentos tinham que ser certificados para fundamentar uma resolução” (Arquivo do Estado, 2015, p. 31).

Uma análise diplomática, que se ocupa da configuração interna dos documentos, também deve voltar-se à gênese, ao contexto de elaboração documental e à lógica orgânica dos conjuntos documentais, para realmente compreender as partes que compõem o documento diplomático ou não-diplomático em estudo. Desse modo, a partir das análises cujos resultados apresentamos nesta seção, observa-se a presença de variações nas estruturas internas das missivas anexadas que coincidem com as diferentes motivações de suas escritas: as chamadas *informações*, cuja elaboração era exigida em despacho, trazem um protocolo inicial com direção não-nomeada, um texto expositivo/opinativo e um protocolo final datado e assinado; as *respostas*, também exigidas em despacho, trazem um protocolo inicial similar, um texto argumentativo e um protocolo final semelhante; e as *cartas*, não exigidas explicitamente, trazem um protocolo inicial com uma direção que pode ser nomeada e saudações iniciais visando

captação de benevolência, bem como um núcleo no lugar do texto e um protocolo final com fechos de cortesia e assinaturas.

Vê-se, então, que a maioria das missivas encontradas em conjuntos documentais do Fundo da Secretaria de Governo da Capitania de São Paulo, eram resultantes de uma documentação e de ordens prévias. Ainda assim, tinham enorme importância no deferimento ou indeferimento de certos pedidos expressos em requerimentos e petições. Em alguns casos, ao analisarmos a matéria textual das *informações*, observamos o seu potencial de ser mais do que um instrumento administrativo: permitiam a expressão de juízos de valor, uma vez que, junto da exposição sobre os fatos narrados pelos suplicantes, eram frequentemente tecidas opiniões pessoais sobre a conduta moral dos envolvidos. Essas, embasadas muitas vezes em crenças religiosas e ideologias dominantes da época, costumavam prejudicar, principalmente, as suplicadas e as suplicantes que fugiam de papéis impostos pela sociedade colonial. A título de exemplo, observe-se o que um pároco de Piracicaba afirmou sobre o pedido de uma suplicante que desejava que sua filha pudesse retornar à freguesia de onde havia sido expulsa por envolver-se com um sargento-mor casado: “Hé maligna, orgu | lhoza, não tem estimacão, notta a Vigarios, comandantes, | e o mais povo, tanto assim, que nem com sua pro | pria may, e parentes se pode conservar. [...] e se esta mulher subssistir nesta terra, eu já me po | nho a caminho” (Paula). Outra autoridade, dessa vez um major da cidade de São Paulo, ao descrever o desentendimento denunciado por uma suplicante contra sua vizinha, desmereceu ambas as partes, afirmando “ser tudo conten- | da de mulherzinhas, pretas, que vivem na miseria, e por Becos da mesma qual= | lidade” (Silva). Por fim, em uma das *cartas* escritas pelo capitão-mor da vila de Itu sem que sua elaboração fosse exigida explicitamente em despacho incluído no mesmo conjunto documental, também foi possível observar um exemplo de julgamento moral: alegando ter sido enganado por uma moça que havia denunciado falsamente seu próprio marido por deserção, descreveu-a ao governador da capitania como uma “abominável adúltera” e “serpente Infernal incarnada em mulher, que por meyoys taõ iniquos procu | rava separar se do sagrado nexo conjugal, e a continuação da vida adúlterina | e nimiamente escandaloza.” (Aranha).

Ressalta-se, então, que um estudo filológico e diplomático deve levar em consideração que essas missivas são também rastros da existência e da sobrevivência de mulheres que, descritas apenas pelos punhos dos poderosos, não puderam deixar registradas suas próprias vozes. Legaram, porém, suas marcas no mundo em que viveram e sobre o qual agiram, por meio de ações que, de certa forma, não atendiam aos padrões impostos pela sociedade colonial e que foram, em diversos casos, assim descritos e criticados.

4 CONCLUSÕES

Como discutido, este artigo se preocupou em estudar tipologias textuais que mostram diferentes formas de ação das mulheres sobre a sociedade em que viveram: as cartas escritas por mulheres da América Portuguesa, por um lado, comprovam que algumas mulheres dominavam certas práticas de escrita, como a epistolar; por outro, as missivas anexadas a documentos peticionários *de* ou *sobre* mulheres registram a tentativa de verem garantidos certos direitos diante das autoridades. Assim, vemos como essencial o estudo fidedigno desses manuscritos, desenvolvido a partir de um

viés filológico e diplomático, que investigue a forma como esses documentos são estruturados e, também, um estudo que se volte ao seu contexto de elaboração.

No caso especificamente das cartas, vemos que essa é a principal tipologia textual que encontramos quando prospectamos documentos escritos a próprio punho pelas mulheres ou ditados por elas para que outra pessoa escrevesse. Assim, configuram-se como a forma central de acesso a palavras de socialização das remetentes no mundo em que viveram, já que os manuscritos versam sobre o cotidiano doméstico, as questões financeiras e de saúde de pessoas da casa. Apesar de raras serem as remetentes do corpus que foram mencionadas em trabalhos historiográficos e elas quase não descreverem acontecimentos sobre si mesmas, essas cartas de próprio punho nos deixam ter acesso à sua realidade a partir dos olhos de suas escritoras, com pouca ou nenhuma intervenção de terceiros. A análise diplomática, por sua vez, aponta que as remetentes conheciam as estruturas formais dessa espécie documental, o que revela que elas tiveram o privilégio de estarem inseridas na cultura escrita.

O uso da palavra ‘privilégio’ aqui, entretanto, não é em vão, já que era escassa a quantidade de mulheres no território da América Portuguesa que sabiam escrever, e somava-se a isso a complexidade de ter o domínio das fórmulas e estruturas que deveriam compor os documentos diplomáticos. Ainda mais raras eram as mulheres comuns suplicadas que, acusadas de algo em requerimentos e petições, tinham a chance de se defender por meio de missivas que chamamos de *respostas*. O que mais frequentemente observamos, em vez disso, ao analisar os despachos e as missivas deles resultantes e anexadas aos documentos peticionários, são o que chamamos de *informações*: os testemunhos de autoridades subalternas aos governadores da capitania que deveriam informar seus pareceres. Neles, foi possível observar um espaço dedicado para que seus autores relatassem o que haviam averiguado sobre as acusações e, em certos casos, tecessem julgamentos acerca da conduta moral de mulheres suplicantes, e também suplicadas, cujo comportamento fugia dos padrões impostos pela sociedade colonial. A sobrevivência de documentos que tratam dessas mulheres que não puderam deixar registros autógrafos permite apenas entrevermos rastros das suas vivências que, por meio de outros punhos, chegaram até nós.

Concluimos, então, que as análises devem partir dos próprios documentos e do escrutínio de sua estrutura textual e de sua materialidade, para de fato se fazer a crítica do documento. Em outras palavras, defendemos a abordagem da Diplomática Contemporânea, ou Diplomática Arquivística, conforme Tognoli (2014) e Duranti (1991). Sabendo que o conhecimento se constrói com o olhar para o passado e visa deixar algo que contribua para o futuro, com este trabalho, que parte das vozes de mulheres que vieram antes de nós, buscamos deixar os nossos próprios rastros e nossas reflexões, que esperamos sirvam de base e inspiração para pesquisas sobre temas afins.

FONTES MANUSCRITAS

No Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT):

Xavier FMA. Feitos Findos, Diversos, mc. 7, n.º 6. PT/TT/CS/H/001/007/000006.

No Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), Fundo da Secretaria de Governo da Capitania de São Paulo, Grupo 3 - Justiça, Documentos avulsos:

Aranha VCTG. Carta. Pasta 1.1.619, doc. 94-2-56, fólios 2r e 2v.

[Autor desconhecido]. Despacho. Pasta 1.1.616, doc. 93-5-38, fólio 1r.

[Autor desconhecido]. Despacho. Pasta 1.1.616, doc. 93-5-14A, fôlio 1r.

[Autor desconhecido]. Despacho. Pasta 1.1.611, doc. 93-2-74, fôlio 1r.

[Autor desconhecido]. Despacho. Pasta 1.1.608, doc. 93-1-14, fôlio 1r.

[Autor desconhecido]. Despacho. Pasta 1.1.613, doc. 93-3-69, fôlio 1r.

[Autor desconhecido]. Despacho. Pasta 1.1.616, doc. 93-5-38, fôlio 1r.

[Autor desconhecido]. Despacho. Pasta 1.1.613, doc. 93-3-60, fôlio 1r.

[Autor desconhecido]. Despacho. Pasta 1.1.617, doc. 94-1-14, fôlio 1r.

[Autor desconhecido]. Despacho. Pasta 1.1.613, doc. 93-3-67, fôlio 1r.

Paula JF. Informação. Pasta 1.1.609, doc. 93-1-28, fôlios 1v, 2r e 2v.

Silva AS. Informação. Pasta 1.1.618, doc. 94-1-56, fôlios 5r e 5 v.

Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), Coleção Casa dos Contos:

Conceição SM. I-10,32,006 n.010.

Freire AF. I-10,29,006 n.015; I-10,29,006 n.014; I-27,22,100.

Jesus RM. I-10,29,009 n.007.

Justina M. I-10,30,002 n.009.

Lana ESJ. I-10, 29, 005 n.004; I-10,30,001 n.005; I-10,36,001 n.010.

Lopes J. I-27,29,090.

Silveira MIL. I-27, 29, 094.

Teixeira HJ. I-10,31,005 n.009; I-27,22,076.

No Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB):

Almeida AVR. Col. Veridiana Prado. Cx. 01 – Ilustrações; Dados Biográficos; Figuras Antigas; Pesquisa; Ilustrações. VP-40.

Henriques VCM. Col. Alberto Lamego. Cx. 67, Cód. 050. AL-050-007; AL-050-008.

Mendonça ATS. Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB). Cx. 01, Cód. 098 e 099. AL-099-007; AL-099-008; AL-099-031; AL-099-032; AL-099-033; AL-099-034.

REFERÊNCIAS

Araújo JS. Perfil do leitor colonial. Ilhéus: Editus; 2019.

Arquivo Público do Estado de São Paulo. Inventário de documentos da Secretaria de Governo da Capitania de São Paulo (1721-1823). São Paulo: APESP; 2015.

Bellotto HL. Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado; 2002. (Série Como Fazer; vol. 8).

Campos MH. Senhoras Donas: economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755-1822) [tese]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo; 2008.

Cardenete BF. Punho de mulher: um estudo filológico sobre cartas de mulheres na América Portuguesa (1737-1821) [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2023.

Carreira MH. Modalisation linguistique en situation d'interlocution: proxémique verbale et modalités enportugais. Louvain-Paris: Peeters; 1997.

Carvalho LF. O imperativo em variação na escrita mineira: o papel do sujeito e das seções das cartas. Revista Abralín. 2020, out.;19(3):654-675.

- Castro I. Filologia. Biblos. Enciclopédia Verbo das literaturas de língua portuguesa. Vol. 2. Lisboa: Verbo; 1997.
- Duranti L. Diplomatics: new uses for an old science. Part V. *Archivaria*. 1991summer;32:6-24.
- Marquilhas R. A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no século XVII. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda; 2000.
- Martins MTQ. Resgatando arquivos: história custodial do fundo Secretaria de governo da capitania de São Paulo. *Revista Brasileira de História*. 2018;38(78):55-73.
- Medeiros JSD. Análise diplomática das cartas de perdão da chancelaria de D. Afonso V (1439-1451) [dissertação]. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa; 2021.
- Monte VM. Correspondências paulistas: as formas de tratamento em cartas de circulação pública (1765-1775). São Paulo: FAPESP/Humanitas; 2015.
- Ramos M. Teoria clássica e medieval da composição epistolar: entre epistolografia e retórica. *CEM*. 2017 dez.;8:25-42.
- Rodrigues DF. Cortesia linguística: uma competência discursivo-textual (formas verbais cortesês e descortesês em português) [tese]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa; 2003.
- Tin E, organizador. A arte de escrever cartas: anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lúpsio. Campinas: Editora da UNICAMP; 2005.
- Tognoli NB. A construção teórica da Diplomática: em busca da sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos. São Paulo: Cultura Acadêmica; 2014.
- Toledo Neto SA. Datação e localização dos tipos de escrita: informações relevantes para a crítica textual?. In: Lose AD, Souza AS, organizadores. *Paleografia e suas interfaces*. Vol. 1. Salvador: Memória & Arte; 2018.
- Toledo Neto SA. Um caminho de retorno como base: proposta de normas de transcrição para textos manuscritos do passado. *Travessias Interativas*. 2020 jan-jun.;10(20):192-208.